

Distribuidora de Águas Triunfo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017
e relatório dos auditores independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Distribuidora de Águas Triunfo S.A.
Triunfo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Águas Triunfo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Distribuidora de Águas Triunfo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação lava-jato

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 (a) às demonstrações financeiras, que indica que, desde 2014, o ex-acionista controlador Odebrecht S.A. está sob investigação e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal brasileiro e outras autoridades públicas dentro da chamada Operação Lava Jato, que investiga ações ilegais envolvendo empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. A administração entende que, após a aquisição da BRK Ambiental Participações S.A. e controladas, incluindo a própria Companhia, pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P), finalizada em 25 de abril de 2017, a Companhia não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. Até o presente momento, não é possível determinar se a Companhia está efetivamente livre do risco de ser eventualmente impactada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras que envolvem, primeiramente, seu antigo controlador.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados pela Companhia e quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades.

Em decorrência dos potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, incluindo o risco de reconhecimento de receita em valor superior às vendas efetivamente incorridas, aumentando, conseqüentemente, a sua receita e lucro, nos levou a identificar essas questões como riscos significativos que requerem considerações especiais de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, em bases amostrais, a realização de testes de boletins de medição, faturamento e recebimento de caixa subsequentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados para reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.12 e 15 (a), são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de ênfase relacionado a operação lava-jato, com data de 20 de junho de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Distribuidora de Águas Triunfo S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.220	5.800	Fornecedores	9	2.995	3.374
Contas a receber	6	5.898	6.003	Debêntures	10	9.543	5.971
Tributos a recuperar		1.371	402	Salários e encargos sociais	11	1.669	589
Estoques		851	434	Tributos a pagar		1.033	761
Outros ativos		896	423	Outros passivos		314	125
		<u>25.236</u>	<u>13.062</u>			<u>15.554</u>	<u>10.820</u>
Não circulante				Não circulante			
Fundos restritos	2.6	6.812	9.483	Debêntures	10	198.151	206.919
Tributos a recuperar		318	149	Partes relacionadas	12	212	194
Outros ativos		81	69	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (a)	18.004	12.173
		<u>7.211</u>	<u>9.701</u>			<u>216.367</u>	<u>219.286</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido	14		
Intangível	7	86.282	87.503	Capital social		185.265	185.265
	8	219.130	224.881	Reservas de lucros		1.765	868
		<u>312.623</u>	<u>322.085</u>	Ajuste avaliação patrimonial		(81.092)	(81.092)
Total do ativo		<u>337.859</u>	<u>335.147</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>337.859</u>	<u>335.147</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2017	2016
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços e vendas	15 (a)	97.376	90.108
Custos dos serviços prestados e vendas	15 (b)	(41.248)	(36.595)
Lucro bruto		56.128	53.513
Receitas (despesas) operacionais	15 (b)		
Gerais e administrativas		(14.821)	(12.871)
Outras receitas, líquidas		258	
Lucro operacional		41.565	40.642
Resultado financeiro	15 (c)		
Receitas financeiras		1.731	1.951
Despesas financeiras		(26.293)	(34.738)
Resultado financeiro, líquido		(24.562)	(32.787)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.003	7.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (b)	(5.831)	(2.704)
Lucro líquido do exercício		11.172	5.151
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	14 (f)	0,10	0,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	11.172	5.151
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>11.172</u>	<u>5.151</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros			
Em 1º de janeiro de 2016		185.265	286	4.718	(81.092)		109.177
Dividendos aprovados em Assembleia	14 (e)			(4.718)			(4.718)
Lucro líquido do exercício						5.151	5.151
Dividendos intermediários	14 (e)					(4.569)	(4.569)
Constituição de reservas	14 (b), (c)		258	324		(582)	
Em 31 de dezembro de 2016		185.265	544	324	(81.092)		105.041
Lucro líquido do exercício						11.172	11.172
Dividendos intermediários	14 (e)					(10.275)	(10.275)
Constituição de reservas	14 (b), (c)		559	338		(897)	
Em 31 de dezembro de 2017		185.265	1.103	662	(81.092)		105.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.003	7.855
Ajustes		
Depreciação e amortização	11.088	10.436
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	8	
Juros e variações monetárias, líquidos	26.175	34.573
	<u>54.274</u>	<u>52.864</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	105	(1.556)
Tributos a recuperar	(1.138)	(56)
Estoques	(417)	393
Outros ativos	(485)	(256)
Fornecedores	(379)	(1.663)
Salários e encargos sociais	1.080	63
Tributos a pagar	272	249
Outros passivos	189	68
	<u>53.501</u>	<u>50.106</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	2.671	(313)
Adições ao imobilizado	(4.123)	(3.517)
Adições ao intangível	(1)	(1)
	<u>(1.453)</u>	<u>(3.831)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações das debêntures	(4.765)	(2.196)
Juros pagos de debêntures	(26.606)	(34.164)
Dividendos pagos	(10.275)	(9.287)
Partes relacionadas	18	194
	<u>(41.628)</u>	<u>(45.453)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.420	822
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.800	4.978
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>16.220</u>	<u>5.800</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Distribuidora de Águas Triunfo S.A. (“Companhia”) tem como objetivo social a produção e venda de águas industriais utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponibiliza água de incêndio para essas mesmas empresas. Tem como maior cliente a Braskem S.A. (“Braskem”) através do contrato com vigência de 40 anos, contados, a partir de 1 de fevereiro de 2014. O contrato prevê o reajuste anual utilizando substancialmente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), e opção para renovação do prazo.

A sede da Companhia está localizada na Rodovia BR 386, Tabai Canoas, S/N, KM 419 parte via contorno 850, Passo Raso, Município Triunfo, Rio Grande do Sul.

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. vendeu toda a sua participação no capital da BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”), anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., para BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc. Nesta mesma data, a BRK Ambiental passou a ser controlada pela Brookfield Asset Management, Inc.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”), sendo controlada direta da BRK Operações Industriais S.A. (“BRK Operações Industriais”) e controlada indireta da BRK Ambiental.

(a) Operação Lava-Jato

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fazia parte em 31 de dezembro de 2016.

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht (“Acordo”), produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. A Companhia e sua acionista BRK Ambiental não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 01 de dezembro de 2016. Desta forma, a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, a Companhia é controlada indireta da BRK Ambiental. A constituição da BRK Ambiental resulta de uma reorganização societária realizada pelo Grupo Odebrecht como condição precedente para aliená-la ao BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo incorporado no Brasil, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., e controlado pela Brookfield Asset Management Inc (“Brookfield”). A implementação da referida reorganização societária teve como um dos objetivos impedir que a BRK Ambiental e suas controladas, dentre as quais a Companhia, fossem afetadas pelos resultados, desdobramentos e consequências decorrentes das investigações no âmbito da Operação Lava Jato.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas investigações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvo envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

Desta forma, tendo em vista que (i) o Acordo de Leniência beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 01 de dezembro de 2016, de forma que a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária nele prevista, e (ii) desde 25 de abril de 2017 a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não mais fazem parte do Grupo Odebrecht, não há razão para determinar que a Companhia e sua acionista BRK Ambiental serão afetadas pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências.

Cabe ressaltar, por fim, que além da Companhia ter ampliado e aprimorado seu Programa de Compliance (vide Nota 1 (b): “Aprimoramento do Sistema de Compliance”), foi executado um programa de design e implementação de controles internos para atendimento à Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (SOX), visando detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.”

(b) Aprimoramento do Sistema de Compliance

A Administração da BRK Ambiental e da Companhia vêm adotando medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu Programa de Compliance de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo Programa de Compliance da BRK Ambiental e da Companhia contempla as seguintes ações:

- (i) Elaboração e aprovação no seu Conselho de Administração de um novo Código de Conduta Ética Profissional para todos os funcionários, novo Código de Conduta para Fornecedores, além de uma Política e de um Programa Antissuborno e Anticorrupção, e uma Política de Segurança da Informação;

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Elaboração e diversas normas e procedimentos internos que visam dar efetividade às ações previstas no Programa de Compliance, tais como de conflitos de interesse, doações e patrocínios, brindes presentes e entretenimento, fundo fixo de caixa, relacionamento com agentes públicos, avaliação de riscos de fornecedores, gestão de fornecedores, gestão de compras de materiais e de serviços, avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Due Diligence*) em operações de fusões e aquisições da Companhia, contas a pagar, matriz e alçadas e limites, gerenciamento de contratos e administração de pessoal;
- (iii) Realização de diferentes tipos de treinamentos para todos os funcionários da Companhia a respeito das Normas e do novo Programa de Compliance, assim como, um especial para os funcionários que têm Interação com o Poder Público;
- (iv) Obtenção de certificação individualizada de cada funcionário no sentido de aceitação e observância do novo Código de Conduta Ética Profissional, Declaração de Conflito de Interesses e Compromisso de Confidencialidade de informações sigilosas em poder da Companhia;
- (v) Elaboração de treinamento específico para determinados grupos de fornecedores de serviços da Companhia;
- (vi) Implantação de novo canal confidencial (0800, e-mail e *website*) para realização de denúncias internas ou externas relativas à desvios de conduta de funcionários ou terceiros com os quais a Companhia se relaciona, cuja administração é terceirizada por empresa especializada no segmento;
- (vii) Reestruturação da forma de apuração de denúncias de casos de corrupção e suborno recebidas no canal confidencial, através da equipe independente de auditoria interna;
- (viii) Desenvolvimento de campanha de comunicação para divulgação do novo Programa de Compliance para todos os funcionários da Companhia, com o tema central “Atitude Compliance”;
- (ix) Revisão e saneamento de toda a base cadastral de fornecedores ativos da Companhia;
- (x) Realização de avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Risk Assessment*) por meio de empresa de auditoria big four, com a elaboração de uma matriz de riscos e plano de mitigação específicos destes temas;
- (xi) Reestruturação das funções do Comitê de Ética e Integridade da Companhia;
- (xii) Desenvolvimento de um plano de monitoramento para o Programa de Compliance da Companhia; e

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (xiii) Revisão anual do Programa de Compliance com o intuito de verificar sua efetividade, atualização em face às melhores práticas de mercado, bem como eventuais alterações que se façam necessárias em virtude das alterações legislativas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2018.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Ativos financeiros e não financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

2.3.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.5 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

2.6 Fundos restritos

Os fundos restritos representam o montante de R\$ 6.812 (2016 – R\$ 9.483) de depósitos bancários, com rendimento de cerca de 95% (2016 - 100%) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), que têm sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais das debêntures, onde é exigido manter aplicado como fundo restrito o montante de 3 vezes a parcela da dívida. Os valores são retidos até o final do contrato que ocorrerá em maio de 2027.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia (Nota 7).

2.8 Ativos intangíveis

(a) Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por *impairment*, se necessário.

(b) Direito de uso

O direito de uso refere-se à exploração do contrato de fornecimento de energia, adquirido em uma combinação de negócios, tendo sido reconhecida pelo valor justo na data de aquisição, tendo sua amortização efetuada de forma linear.

2.9 Debêntures

São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas de debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo das debêntures sejam sacadas.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

2.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral do Conselho de Administração.

2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da venda de água industrial no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica aos seus funcionários pós desligamento, sendo esse custo arcado 100% pelo ex-empregado através de emissão de boleto individual. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na mensalidade do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.14 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (correspondente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação detalhada da IFRS 9 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" (correspondente ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente) - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Em 2017, a Companhia realizou uma análise detalhada dos 5 passos requeridos pela IFRS 15 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.
- IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" (correspondente ao CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil) – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

(a) Risco de crédito

A Companhia possui um risco reduzido de crédito em virtude do atual cliente possuir classificação de rating elevada – “AAA(bra)” com perspectiva estável, conforme agência *Fitch Ratings* – Risco de crédito corporativo – Escala nacional.

Em operações com instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrados no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e os fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, podem ser assim sumariados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total de debêntures (Nota 10)	207.694	212.890
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(16.220)	(5.800)
(-) Fundos restritos (Nota 2.6)	(6.812)	(9.483)
Dívida líquida	184.662	197.607
Total do patrimônio líquido	<u>105.938</u>	<u>105.041</u>
Total do capital	<u>290.600</u>	<u>302.648</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>64%</u>	<u>65%</u>

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	16.220	5.800
Fundos restritos	6.812	9.483
Contas a receber	5.898	6.003
	<u>28.930</u>	<u>21.286</u>
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(2.995)	(3.374)
Debêntures	(207.694)	(212.890)
Partes relacionadas	(212)	(194)
Outros passivos	(314)	(125)
	<u>(211.215)</u>	<u>(216.583)</u>

4.4 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 12.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia e suas controladas, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo fixo	2	2
Bancos conta movimento	37	137
Aplicações financeiras (i)	<u>16.181</u>	<u>5.661</u>
	<u>16.220</u>	<u>5.800</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 98% (2016 – 98%) do CDI. Adicionalmente, o aumento do saldo é decorrente de caixa gerado nas atividades operacionais da empresa.

6 Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de clientes		
Clientes privados	<u>5.898</u>	<u>6.003</u>
	<u>5.898</u>	<u>6.003</u>

O saldo de contas a receber tem liquidez de no máximo 30 dias após a emissão das faturas, sendo o principal cliente a Braskem.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

	Terrenos	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Obras em andamento (i)	Total
Custo de aquisição							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	161	943	40.879	2.384	98	53.061	97.526
Adições		43	829	543	195	1.907	3.517
Transferências			3.364			(3.364)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	161	986	45.072	2.927	293	51.604	101.043
Depreciação acumulada							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016		(108)	(8.494)	(241)	(13)		(8.856)
Depreciação		(293)	(1.853)	(52)	(23)		(2.221)
Depreciação de mais valia			(2.387)	(76)			(2.463)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016		(401)	(12.734)	(369)	(36)		(13.540)
Valor contábil líquido	161	585	32.338	2.558	257	51.604	87.503
Custo de aquisição							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	161	986	45.072	2.927	293	51.604	101.043
Adições		477	2.030		25	1.591	4.123
Baixas			(10)				(10)
Transferências			3.553			(3.553)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	161	1.463	50.645	2.927	318	49.642	105.156
Depreciação acumulada							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017		(401)	(12.734)	(369)	(36)		(13.540)
Depreciação		(268)	(2.275)	(74)	(29)		(2.646)
Baixas			2				2
Depreciação de mais valia			(2.613)	(77)			(2.690)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017		(669)	(17.620)	(520)	(65)		(18.874)
Valor contábil líquido	161	794	33.025	2.407	253	49.642	86.282
Vida útil (anos)		5 a 10	5 a 20	20 a 25	5 a 10		

- (i) O saldo de obras em andamento refere-se, substancialmente, a obras de manutenção e expansão da infraestrutura e possui expectativa de conclusão em dezembro de 2019.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Intangível

	Direito de carteira de clientes	Softwares e direitos de uso	Total
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	237.891	3.765	241.656
Adições		1	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	237.891	3.766	241.657
Amortização acumulada			
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	(10.949)	(75)	(11.024)
Amortização	(5.670)	(82)	(5.752)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	(16.619)	(157)	(16.776)
Valor contábil líquido	221.272	3.609	224.881
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	237.891	3.766	241.657
Adições		1	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	237.891	3.767	241.658
Amortização acumulada			
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	(16.619)	(157)	(16.776)
Amortização de mais valia	(5.670)	(82)	(5.752)
Transferências	82	(82)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(22.207)	(321)	(22.528)
Valor contábil líquido	215.684	3.446	219.130
Vida útil (anos)	5 a 40	5 a 10	

9 Fornecedores

O saldo refere-se, substancialmente, a valores mantidos com a Braskem R\$ 1.623 (2016 - R\$ 2.561) que fornece energia elétrica, água de retorno e outras utilidades para a Companhia.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Debêntures

(a) Composição

Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2017	2016
Itaú Unibanco S.A. ("Itaú")	Única	mai/2014	CDI + 2,67%	14,78%	mai/2027	3.790	(2.641)	210.335	215.904
(-) Custos de transação								(2.641)	(3.014)
Total						3.790	(2.641)	207.694	212.890
Total de debêntures curto prazo								9.943	6.344
(-) Custo de transação								(400)	(373)
Circulante								9.543	5.971
Total de debêntures longo prazo								200.392	209.560
(-) Custo de transação								(2.241)	(2.641)
Não circulante								198.151	206.919
								207.694	212.890

(b) Movimentação

	2017	2016
Saldo no início do exercício	212.890	214.677
(+) Encargos financeiros	25.802	34.237
(-) Amortização principal	(4.765)	(2.196)
(-) Amortização juros	(26.606)	(34.164)
(+/-) Custos de transação	373	336
Saldo no final do exercício	207.694	212.890

(c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2017
2019	17.416
2020	21.996
2021	21.996
2022	24.565
2023	26.400
2024	26.400
2025	25.756
2026	25.296
2027	10.567
	200.392
(-) Custo de transação	(2.241)
	198.151

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Garantias e outras informações relevantes

Como garantia real, a Companhia celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com as seguintes características:

(i) Alienação fiduciária da totalidade das ações

Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a ODB Utilities, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia;

(ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:

Cessão fiduciária de (a) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Companhia, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Companhia e a Braskem em 31 de dezembro de 2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Companhia à Braskem durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidos em contrato até a liquidação integral das Obrigações Garantidas e devidos a Companhia pela Braskem e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e (b) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Companhia, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário.

(e) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seu contrato de escrituras de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas as debêntures.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Salários e encargos sociais

	Nota explicativa	2017	2016
Benefícios		29	
Obrigações sociais		235	222
Provisões de férias		475	307
Participação sobre os lucros (i)	2.13 (c)	827	
Outros		103	60
		<u>1.669</u>	<u>589</u>

- (i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do funcionário.

12 Partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Contas a receber	Fornecedores	Partes relacionadas	Receita de venda
	2016	2016	2017	2016
BRK Ambiental (i)			212	5
Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental") (i)				189
Braskem (ii)	5.582	2.561		95.027
	<u>5.582</u>	<u>2.561</u>	<u>212</u>	<u>194</u>
				<u>95.027</u>
				<u>(3.245)</u>
				<u>(2.610)</u>

- (i) O saldo refere-se ao rateio de despesas e serviços prestados, conforme contrato entre as partes. Adicionalmente, em 29 de dezembro de 2016, a ODB Ambiental transferiu os créditos para a BRK Ambiental.
- (ii) Em dezembro de 2013, foi firmado contrato de fornecimento de água industrial entre a Braskem e a Companhia, pelo prazo de 40 anos a contar a partir de 1º de fevereiro de 2014 com valor anual estimado de R\$ 105.000. A Braskem fornece à Companhia energia elétrica, água de retorno e outras utilidades (Nota 11). Em decorrência da reestruturação ocorrida em 25 de abril de 2017, detalhada na nota 1, a Braskem não está sendo apresentada como Partes relacionadas.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2017	2016
Passivo diferido	(18.004)	(12.173)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	2017
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	13.470
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	59.568
	<u>73.038</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2018	13.470
2019	13.470
2020	13.470
2021	7.256
2022	5.054
2023	5.393
2024	6.149
2025	6.692
2026	1.745
2027	339
	<u>73.038</u>
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(91.042)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2021	(2.591)
2022	(7.081)
2023	(7.081)
2024	(4.953)
2025	(4.759)
2026	(4.759)
2027	(8.365)
Demais anos	(51.453)
	<u>(91.042)</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado			
	2016	Outros	2017	
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	23.443	4.356	27.799	
Provisões	54	286	340	
Ágio (Instrução CVM 319/99)	58.368	(13.469)	44.899	
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(81.865)	8.827	(73.038)	
		(8.827)	8.827	
Passivo fiscal diferido				
Capitalização de juros e custo de transação	1.721	(2.619)	(898)	
Combinação de negócios mais valia (ativo imobilizado e intangível)	(95.692)	5.542	(90.150)	
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)	(67)	73	6	
Compensação CPC 32 (IAS 12)	81.865	(8.827)	73.038	
	(12.173)	2.996	(8.827)	(18.004)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2017	2016
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	17.003	7.855
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.781)	(2.671)
Outros	(50)	(33)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.831)	(2.704)
Alíquota efetiva	-34,29%	-34,42%

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
BRK Operações Industriais S.A	100,00	100,00	185.265	185.265	114.224.101	114.224.101

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

(c) Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em decorrência da incorporação reversa da FDGP S.A., realizada pela Companhia em 05 de maio de 2014, o ágio de rentabilidade futura no valor de R\$ 81.092 foi alocado na controladora ODB Utilities, sendo refletido em um Ajuste de Avaliação Patrimonial na Companhia.

(e) Dividendos

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

No decorrer do exercício findo em 2016, a Companhia provisionou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 4.569 e dividendos no valor de R\$ 4.718 aprovados em Assembleia Geral oriundos das reservas de lucros acumulados em 2015 e 2016.

No decorrer do exercício findo em 2017, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.275 já liquidados.

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	11.172	5.151
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>114.224</u>	<u>114.224</u>
Lucro básico por ação	<u>0,10</u>	<u>0,05</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

15 Resultado do exercício

(a) Receita

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações			
Receita de serviços		469	441
Receita de vendas	2.12	<u>107.479</u>	<u>99.514</u>
		107.948	99.955
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas		(10.572)	(9.839)
Abatimentos e cancelamentos			<u>(8)</u>
		<u>97.376</u>	<u>90.108</u>

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas por natureza

	Nota explicativa	2017	2016
Classificadas por natureza:			
Pessoal			
Remunerações		(5.885)	(4.038)
Encargos sociais e trabalhistas		(1.521)	(1.298)
Programa de alimentação		(264)	(71)
Programa de saúde		(435)	(317)
Outros benefícios		(566)	(547)
		<u>(8.671)</u>	<u>(6.271)</u>
Materiais			
		(18.274)	(16.897)
Serviços			
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica		(7.007)	(6.326)
Serviços pessoa jurídica		(3.022)	(1.961)
Manutenções		(3.468)	(3.811)
Outros		(1.173)	(1.037)
		<u>(14.670)</u>	<u>(13.135)</u>
Partes relacionadas			
	12	(3.245)	(2.610)
Seguros		(421)	(330)
Depreciação e amortização		(11.088)	(10.436)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		722	641
Outras		(164)	(428)
		<u>(55.811)</u>	<u>(49.466)</u>
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados e vendas		(41.248)	(36.595)
Gerais e administrativas		(14.821)	(12.871)
Outras receitas, líquidas		258	
		<u>(55.811)</u>	<u>(49.466)</u>

Distribuidora de Águas Triunfo S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.811	2.039
Outras	4	7
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	<u>(84)</u>	<u>(95)</u>
	<u>1.731</u>	<u>1.951</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(25.802)	(34.237)
Amortização do custo de transação	(373)	(336)
Outras	<u>(118)</u>	<u>(165)</u>
	<u>(26.293)</u>	<u>(34.738)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(24.562)</u>	<u>(32.787)</u>

16 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Brookfield e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de edificações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como segue:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Responsabilidade civil	185.000
Riscos operacionais	139.266

* * *